

4468

RECORRENTES

CORREIO BRAZILIENSE  
**DOIS**

BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 1989

# Funai tira chefia de índio premiado pela ONU

Na terra de Macunaima, onde uma estrada é "fechada" por um cadeado, tudo é possível. Inclusive o premiado pela ONU perder a chefia do posto por denunciar a invasão do garimpo

Memélia Moreira  
 Especial para o CORREIO

Uma desagradável surpresa aguardava o índio Davi Yanomami no seu retorno a Roraima, depois de receber em Brasília o prêmio Global 500, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente: ele foi destituído da função de chefe de posto da Funai, cargo que ocupava desde 1985. Não houve explicação oficial. Davi, que há mais de dez anos defende a área de seu povo contra a invasão de garimpeiros, só tomou conhecimento da notícia ao chegar em Boa Vista, capital de Roraima, na hora de receber o contracheque. Seu salário fora abatido em 50%, e o administrador da Fundação Nacional do Índio em Boa Vista, Raimundo Nonato da Silva, disse-lhe então que, a partir de agora, Davi é apenas intérprete, com salário de 380 cruzados novos.

Em Brasília, o superintendente da Funai, coronel Airton Alcântara Gomes usou um artifício para esconder da imprensa o verdadeiro motivo da medida. Indagado sobre o afastamento de Davi Yanomami Kopenawa, ele desmentiu a informação. Disse que o afastado do cargo fora Davi Xiriana, assegurando ainda que o índio premiado se encontra, "tranquilo", no posto Demini. Na verdade, Davi Yanomami Kopenawa e Davi Xiriana são a mesma pessoa. O primeiro nome de Davi é sua denominação enquanto índio, e Xiriana é o sobrenome que consta de sua carteira de identidade.

A destituição de Davi veio acompanhada de lances típicos de filme policial. Ele chegou em Boa Vista no dia três de fevereiro último, depois de passar dois dias em Brasília, onde recebeu o

prêmio e manteve uma longa conversa com o presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, a quem classificou de "simpático". Foi procurado então pelo administrador do órgão, que lhe pediu para assinar um documento. Desconfiado com o papel, Davi pediu tempo para ler. Raimundo Nonato, o administrador, negou, e Davi decidiu recusar sua assinatura num documento que não conhecia. Ao pegar o contracheque, soube então que já não era mais chefe de posto da Funai. Surpreendido, Davi ainda procurou alguns amigos a quem comunicou o fato.

Menos de 24 horas depois de perder a função, que lhe conferia poderes para impedir a presença de garimpeiros na área, Davi foi procurado pelo administrador da Funai, Raimundo Nonato, que estava acompanhado por mais quatro homens. O índio foi levado então para o aeroporto de Boa Vista, de onde embarcou para rumo ignorado. Em Brasília, a assessoria de Comunicação Social da Funai, procurada ontem pelos jornalistas que queriam saber do paradeiro de Davi, informou que o índio encontra-se no posto Demini, local cujo acesso só é possível em avião de pequeno porte.

Nem mesmo a conversa de Davi Yanomami Kopenawa (ou Davi Xiriana) com o presidente da Funai foi suficiente para que o índio soubesse de seu afastamento do cargo. Durante mais de uma hora, no gabinete de Iris Pedro de Oliveira, Davi fez um relato completo sobre a atual situação da área indígena, invadida por mais de 50 mil garimpeiros, contando-lhe então sobre a solidão ocorrida na sede da Organização das Nações Unidas em Brasília, durante a qual Davi recebeu o prêmio Global 500, denunciando a devastação do território indígena, e de todo o futuro Estado de Roraima, cujos rios carregam toneladas de mercúrio. Iris Pedro disse-lhe que o Governo Federal está tomando providências para a retirada dos garimpeiros.

Ontem às 19 horas, o Superintendente da Funai, coronel Airton Alcântara Gomes, prometeu revogar a portaria que demitiu Davi Kopenawa da chefia do posto



DAVI KOPENAWA  
 O primeiro sinal de rebaixamento chegou pelo contracheque

Na terra da estrada com cadeado

Roraima é a terra de Macunaima. Foi ali, nas margens do caudaloso, e outrora, cristalino, rio Uraricoera que nasceu, segundo versão do escritor Mário de Andrade, o nosso herói "sem nenhum caráter". E Mário de Andrade, um dos primeiros paulistas a descobrir a Amazônia, não reconhecera as águas do rio. Balsas de garimpeiros que extraem até três toneladas de ouro por mês estão estacionadas nas margens do Uraricoera. E o rio, que se comparava em beleza ao Tapajós, é hoje um depósito de mercúrio, metal que facilita o trabalho do garimpeiro, e mata seus usuários, provoca lesões irreversíveis em recém-nascidos, e uma vez instalado no corpo humano, jamais será repellido.

O Uraricoera é, também, afluente do rio Branco, que banha e abastece a cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Ali, a lei é desobedecida pela autoridade máxima, o governador. Romero Jucá Filho, ex-presidente da Funai, justifica a atividade dos garimpeiros, mesmo sabendo que ela é ilegal em terra indígena. Sua frase para argumentar contra aqueles que denunciam a invasão e devastação do território Yanomami, é curta: "A força da necessidade é sempre maior do que a força da lei". E foi esse mesmo governador quem iniciou a política de afastamento das pessoas que fazem denúncias.

Em 1987, quando Romero Jucá ocupava o cargo de presidente da Funai, missionários e antropólogos foram proibidos de entrar em território Yanomami. A missão religiosa da Consolata, que vinha fazendo denúncias sobre a ocupação territorial, não pode mais visitar os índios. O mesmo aconteceu com alguns antropólogos que trabalhavam na área. E, insatisfeito com o afastamento desses profissionais, Jucá retirou também da área o chefe do posto da Serra dos Surucucos, Francisco Bezerra, que há mais de 20 anos trabalhava com os Yanomami e passou a insistir na expulsão dos garimpeiros, exercendo sua função de tutor dos índios. Depois de Bezerra, os próprios Yanomami que já manejam a língua portuguesa passaram a fazer denúncias. Nesse trabalho, dois se destacaram: Davi Yanomami Kopenawa, e Ivanildo Wawanaviteri. Ivanildo foi destituído da função de chefe de posto da região de Flechal, há três meses, e agora, Davi é o mais recente caso de afastamento em razão das denúncias de ilegalidades. E, enquanto a Funai afasta seus funcionários, e aliados dos índios, os Yanomami morrem assassinados por pistoleiros e garimpeiros que ocupam quase toda a área. Mas isto não é novidade na terra de Macunaima.

Na terra onde a necessidade está acima da legalidade, nada surpreende. A estrada federal construída no final do Governo Médici, Perimetral Norte, é a única rodovia Federal, no mundo, onde há uma cerca com cadeado. A providência foi tomada pela Funai. Quando se instalou a porteira, índios, missionários e antropólogos chegaram a festejar a atitude. Tudo parecia prever que os garimpeiros não mais entrariam na região. Mas foi pouca a alegria. Em menos de um mês, Davi Yanomami voltava de sua aldeia, quando descobriu que o cadeado não servia para impedir a invasão. Todos os garimpeiros usavam a chave guardada pelo chefe de posto da Funai, Elias Pessoa, o porteiro da rodovia federal, responsável pela região do Ajarani, por onde passam os garimpeiros.

Davi descobriu também que os garimpeiros não apenas tinham permissão para abrir o cadeado, mas também guardavam suas ferramentas na sede do posto da Funai. E abriu a boca para contar a história. O que mais surpreende esse índio, marcado para morrer, é que em Boa Vista, não é segredo para ninguém as boas relações entre a Funai e os garimpeiros. E mais, que o administrador do órgão cuja finalidade é defender os índios, e as riquezas de suas terras, é proprietário de uma das balsas que flutuam no Uraricoera catando ouro. E Davi, que agora tem o mesmo prêmio recebido pelo Chico Mendes, foi confinado pela Funai para não contar mais as invasões das terras Yanomami.

## O Golias de Davi Yanomami

Ovidio Martins de Araújo\*

Está guardado no coração de todos os "homens brancos" o prêmio Global 500, concedido pela Organização das Nações Unidas, ao índio brasileiro Davi Yanomami. Quem pediu para que a comenda — um diploma escrito em inglês — ficasse guardado no coração de cada brasileiro foi o próprio Davi, em seu discurso de agradecimento. Mas a mensagem era de alerta: Davi quis, com seu gesto e com seu pedido, falar a "homem branco" brasileiro sobre a destruição do meio ambiente e a violência que impera hoje na Floresta Amazônica.

Davi, em todos os momentos, deu exemplar demonstração de brasilidade. Ao contrário do que muitos pensavam, este líder indígena não prega o isolamento do seu povo da sociedade brasileira. "Somos todos brasileiros", repetiu ele aos jornalistas que o entrevistavam de minuto em minuto — Davi, aliás, deu claras mostras de não ser afeito ao estrelismo barato a que quiseram submetê-lo. Chegou ao cúmulo de, ao término de uma entrevista, ser aplaudido por alguns tietes-entrevistadores. Davi não entendeu nada.

Jogo — Davi vive uma realidade. A dura realidade da dominação, da aculturação de seu povo, da destruição de seu habitat. O que ele prega, é simples, está em qualquer redação de aluno de 1º grau: "Precisamos proteger as florestas, os rios, os igarapés. Está tudo sujo", diz ele, didaticamente. Mas Davi sabe que o contato com o homem branco é ir-

reversível. Ele tem amigos entre os seringueiros — como o era Chico Mendes —, entre os babaqueiros e os outros trabalhadores da floresta. Ele tem inimigos feroces entre os garimpeiros e madeireiros que querem invadir e destruir sua terra.

Os inimigos de Davi são nossos inimigos. Lamentável que a maioria deles sejam inocentes úteis, manietados por grupos poderosos que os utilizam para ocupar espaço na Amazônia. Quem vai para o garimpo na região dos Yanomami, Estado de Roraima, não tem mais nada a perder. É um jogo de vida ou de morte. O ouro que sobra na divisão com o patrão é a esperança de uma nova vida. A malária, a fome, os acidentes, os conflitos com armas pesadas — isso é a morte.

Porém, não há como não encará-los como inimigos. A sociedade brasileira, constituída de "homens brancos" e índios, está consciente de que é preciso retirá-los, com urgência, das reservas indígenas. Será necessário, para isso, uma ação conjunta de governo, para que o desalojamento desses garimpeiros — calculados em mais de 40 mil — seja feito de forma pacífica, ordenada e com o objetivo de evitar que em pouco tempo haja o retorno. Com as demarcações das 19 áreas indígenas da reserva Yanomami, conforme manda a Constituição, as autoridades fecham o cerco burocrático sobre os garimpeiros e passam à ação. Uma ação como exige Davi, como exige a sociedade.

Para os que esperavam que Davi pregasse o isolamento e a "autodeterminação" do seu povo, restou uma ponta de frustração. Sua posição é clara: quer, ao mesmo tempo, a demarcação de mais de 8 milhões de hectares que considera área de posse do seu povo, mas não abre mão da prosperidade e da melhoria das condições de vida dos Yanomami. Ele quer a terra, mas também quer escolas, postos de saúde, alimentos, equipamentos e infraestrutura para desenvolver sua comunidade.



Intromissão — De seu lado, o governo cumpre a Constituição em vigor, demarcando 19 áreas onde habitam e perambulam os índios dentro das florestas nacionais do Amazonas e Roraima e Parque Nacional do Pico da Neblina, que serão preferencialmente utilizadas pelos índios.

Não há como aceitar a intromissão estrangeira nesta questão e muito menos em outras ligadas ao meio ambiente e à preservação dos povos indígenas. A não ser que os brasileiros desejem, em breve, passar pelo mesmo constrangimento vivido hoje pelos costarriquenhos que, pela segunda vez em dois anos, foram obrigados a trocar títulos de sua dívida externa por reservas florestais. O mais lamentável é que para uma dívida global de 5 bilhões de dólares, os costarriquenhos obtiveram um abatimento de 35,6 milhões. Ou seja, muito menos do que 1 por cento da dívida, em troca de um patrimônio de valor incommensurável para os americanos — que já destruíram o seu quinhão da natureza com avidez e ganância.

A Nature Conservancy, organização privada americana sem fins lucrativos (sic), que ficará responsável pela conservação das florestas costarriquenhas barganhadas com a dívida,

revela através de seu representante, Jeff Wise, que "os monumentais problemas ambientais que ameaçam o mundo estão exigindo soluções criativas". No caso, esta criatividade se prende ao fato de que os países do Terceiro Mundo devem coletivamente 1,3 trilhão de dólares. Segundo Jeff, na medida em que as operações de conversão da dívida em natureza (sic) aumentarem em número, mais países endividados se sentirão estimulados a participar (Tribuna da Imprensa, Rio, Edição de 30/01/89).

Não por coincidência, a mesma notícia da "Tribuna" dá conta que no ano passado uma conversão deste tipo, no valor de 30 milhões de dólares, foi negociada entre os governos de Costa Rica e Holanda. Para refrescar a memória, é bom lembrar que na semana retrasada o vice-primeiro-ministro da Holanda, Rudolf De Korte, veio ao Brasil para propor a vinculação da dívida com a preservação das florestas tropicais brasileiras.

O que está havendo, neste caso, é outro tipo de garimpagem. Ao invés da invasão de forma abusiva, da aculturação do índio e da poluição, como está ocorrendo na reserva Yanomami, esta outra garimpagem é feita por senhores que se intitulam preservacionistas, habitam elegantes escritórios de organismos financeiros e entidades de preservação da natureza e que, no mais das vezes, nunca viram um índio ou floresta tropical — a não ser em fotografia. Na verdade, em ambas as situações Davi Yanomami tem adversários a enfrentar.

Contra os atuais predadores, ele até poderá lutar, usando seu prestígio internacional, sua liderança, sua função de chefe de posto da Funai, influenciando as autoridades para que promovam a imediata evacuação das áreas Yanomami.

Contra Golias, no entanto, Davi certamente precisará muito mais do que isso e a sua inofensiva funda.

Ovidio Martins de Araújo é advogado e jornalista